

Rita Terezinha Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira

Resumo: Ao considerar a força do discurso antifeminista no Brasil, examino como esse discurso aparece no âmbito do jornalismo cultural para então tecer algumas relações com a história social brasileira à luz da qual é possível compreender por que o feminismo como práxis transformadora parece tão fora dos hábitos do país. Procuo sustentar meu argumento a partir da leitura de obras de pensadores da história e da cultura brasileiras considerados “de esquerda” ao mesmo tempo em que pontuo os limites de suas análises, ou seja, o silenciamento sobre a opressão das mulheres e questões de gênero. A seguir, examino a persistência de diversas formas do antifeminismo no campo das Letras a fim de compreender o estatuto da crítica feminista no campo dos estudos literários e as razões de sua invisibilidade, com considerações sobre conquistas e limitações de suas práticas.

Palavras-chave: cultura; poder; história; classe social; literatura; crítica feminista.

Copyright © 2006 by Revista
Estudos Feministas.

¹ A título de ilustração, refiro as palavras de Paulo Ghirardelli Jr., que, ao dizer que as pessoas libertárias do século XIX (e XX) pregaram o culto à liberdade individual muito mais que as mulheres liberais, acrescenta: “Mas não pregaram o feminismo. Ao menos não aquele feminismo que tira as ditas características femininas de mulher” (GHIRARDELLI JR., 2006, p. 14).

Não é de hoje nem de ontem que o termo “feminismo” sofre uma sistemática depreciação e deslegitimação nos mais diversos círculos letrados do país. Via de regra, o uso do termo vem atrelado a certos sentidos do feminismo associados ao movimento de mulheres dos anos 60, os quais são destacados e universalizados, em uma operação análoga à da sinédoque (figura que condensa na parte o todo) para sustentar determinada, e por que não dizer deliberada, representação discursiva, cultural e política. Estou me referindo à assimilação de algumas idéias pelo senso comum esclarecido, as quais se cristalizam na representação do feminismo como um movimento extremista de libertação das mulheres (Women’s Lib) sustentado por uma ideologia homofóbica, monolítica, autoritária, engessada na história passada e, o que é pior, empenhada na transformação da mulher, destituindo-a de suas características femininas!¹ Essa representação, em suas várias modulações de sentido, está presente não somente

na esfera pública de produção e circulação de bens culturais, mas surpreendentemente também na esfera institucional de produção de conhecimento – na academia, mais precisamente –, onde se dissemina em discursos reducionistas, de conotação pejorativa e preconceituosa. Vulgarizar o feminismo e associá-lo às noções de marginalidade e anacronismo para marcar a natureza de algo que não é bom, sadio e desejável para a sociedade brasileira tem sido parte da estratégia quase desesperada de parte de segmentos da elite intelectual, em sua tentativa de desqualificar os avanços sem precedentes das conquistas feministas em escala global nessas últimas décadas, sobre os quais a crítica Mary Hawkesworth discorre brilhantemente em seu artigo apresentado nesta seção Debates.

Com o intuito de contribuir para uma reflexão sobre a disseminação do discurso antifeminista no Brasil, pretendo examinar, primeiramente, como esse discurso aparece em matérias veiculadas no âmbito do jornalismo cultural de hoje, para então examinar brevemente o contexto do desenvolvimento histórico de uma sociedade patriarcal e elitizada, à luz do qual é possível compreender por que o feminismo como práxis transformadora situa-se tão fora dos hábitos do país. Para tanto, busco o apoio de leituras sobre a história e a cultura brasileiras no pensamento intelectual que aqui chamamos “de esquerda”, procurando redimensionar o alcance de suas percepções com a inclusão de questões de gênero. Em seguida, busco evidenciar como o antifeminismo se expressa no campo das Letras na tentativa de compreender o estatuto da crítica feminista no campo dos estudos literários e as possíveis razões de sua invisibilidade, com considerações finais sobre a eficácia de suas práticas.

A violência simbólica² dos discursos

A capa da edição especial *Mulher* da revista *Veja* de junho de 2006 apresenta uma imagem caricata, que choca pelo reducionismo. Nela, uma mulher vestida com um visual que associamos à figura do executivo – terno preto e complemento, uma maleta também preta, estrategicamente posicionada ao lado – se apresenta amamentando um bebê. A manchete “O que sobrou do feminismo” interpela os/as leitores/as para uma determinada leitura da imagem que induz ao seguinte raciocínio: o que restou do feminismo é a conquista da mulher branca de classe média, ao conciliar profissão com os prazeres da maternidade, ponto. Não vou me deter aqui no ato performativo da manchete – o que as palavras estão

² Utilizo a expressão no sentido elaborado por Pierre BOURDIEU, 1989. Para Bourdieu, toda ação na esfera humana é interessada, em direção a elementos materiais ou simbólicos. Ambos os interesses são formas objetivas de interesse que mobilizam estratégias e colocam em movimento recursos na relação de acúmulo e troca com outras formas de capital, inclusive o capital econômico. Quando recursos são transformados em capital, os interesses que os motivam funcionam como relações sociais de poder. É a partir desses pressupostos que Bourdieu desenvolve seu conceito de capital cultural como formas irredutíveis de poder. A concepção de cultura como um campo simbólico de mediações das práticas sociais, onde há interesses investidos na criação e manutenção de diferenças sociais e hierarquias, faz da cultura uma forma de dominação.

fazendo ao constituir um ato enunciativo que efetua a ação a que se refere, e não somente faz uma afirmação sobre um estado de coisas – e nem nas contradições e equívocos, principalmente na matéria de caráter descritivo intitulada “O feminismo na crise dos 40”, com citações descontextualizadas, inclusive de feministas brasileiras, que provavelmente não tinham idéia de como suas falas seriam editadas. O que suscita atenção é, de um lado, a utilização recorrente do termo “pós-feminismo” como se fosse um termo consensual, dissociado, portanto, do contexto de embates em algumas correntes do feminismo teórico contemporâneo, particularmente nos Estados Unidos, e que já perdura por algum tempo. Basta lembrar aqui os argumentos levantados por Tânia Modleski com relação às conotações duvidosas da frase “época pós-feminista” em seu clássico *Feminism without Women* de 1991,³ no qual evidencia como essa perspectiva, na academia, carrega em seu bojo implicações profundamente conservadoras.⁴ Na matéria da *Veja* o uso do termo naturaliza um sentido restritivo e irônico para anunciar o fim do feminismo, em um contexto brasileiro muito particular – comportamentos sociais de uma certa faixa da geração jovem de classe média branca –, fazendo, portanto, *tabula rasa* das articulações do pensamento feminista, em sua diversidade de afiliações políticas, teóricas e ideológicas, no campo da sua atuação no país, desde sua presença transformadora em movimentos sociais como sindicatos, ONGs e organizações de base ao seu impacto crescente na formulação de políticas públicas, sendo o caso mais recente a Lei Maria da Penha, sancionada pelo Presidente da República no dia 7 de agosto de 2006 e que representa um avanço dos mais significativos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher que, em nosso país, alcança índices escandalosos. Por outro lado, é de surpreender, mas não tanto, se considerarmos a intensidade da resistência aos temas feministas no país, o silêncio absoluto, nas matérias da referida revista, sobre o feminismo como campo de corte teórico, com seus *corpi* de investigação e de produção de saberes em todas as áreas do conhecimento através da diversidade de pesquisas que vêm sendo realizadas sob os auspícios de órgãos governamentais de fomento e veiculadas em periódicos científicos como *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*, entre tantas outras fontes de referência. Se, por um lado, esse silêncio revela o quanto os avanços do feminismo acadêmico são ignorados nas matérias que circulam pelos veículos de comunicação dirigidos ao público letrado, por outro, pode ser considerado uma estratégia para evitar trazer ao pensamento a opressão das mulheres e a

³ MODLESKI, 1991.

⁴ Segundo a crítica Lillian Robinson, o termo “pós-feminismo” foi criado pelo jornal conservador *The New York Times* na década de 1970. Essa tese é desenvolvida em ROBINSON, 1991.

contribuição epistemológica do feminismo para a redefinição da subjetividade e da socialidade.

Nessa mesma linha poder-se-ia considerar a matéria intitulada “Viva a diferença”, publicada também em junho de 2006, no número especial da *Revista Língua Portuguesa*, com o tema “Sexo e linguagem”. Ao se recusar até mesmo a nomear o termo “feminista” nas suas referências às conquistas das mulheres, enunciadas como “avanços femininos”, o articulista atribui a desenvolvimentos na psicologia e às “conquistas femininas” um “novo dinamismo ao discurso sobre a mulher” na medida em que, “longe de desembocar em patrulhas feministóides”, atentam para o fato de que a reprodução da cultura patriarcal se cristaliza no idioma. É surpreendente verificar como o articulista não toma consciência de que seu próprio discurso é um belo exemplo do que ele próprio afirma, isto é, a existência de uma confluência entre linguagem patriarcal e poder. A matéria é permeada pela desinformação, resultando em um texto em que as idéias são ou equivocadas ou mal formuladas, razão pela qual o texto se presta a ser lido como uma paródia do feminismo, o que significa dizer que seus efeitos negativos ultrapassam em muito o mero emprego irônico do termo “feministóides”.⁵

⁵ A visão do articulista deixa claros seus referenciais em termos de valores: “De observar a posição receptiva no coito e a sensação de espera que a mulher vive (espera do filho, da menstruação, dos ciclos vitais), a cultura ocidental deduziu uma passividade inata ao feminino. Hoje, está claro que a mulher deve aceitar ativamente ser receptiva, do contrário as relações tendem a não ser satisfatórias para ninguém” (p. 22).

Também nesse ano de 2006 recebi de uma aluna, via e-mail, um texto de autoria do renomado crítico Wilson Martins, veiculado no *Jornal O Globo on line*, de 11 de agosto de 2005. Trata-se da matéria intitulada “O universo feminino de Nísia Floresta”, na qual o intelectual faz uma crítica à apropriação que Nísia Floresta fez do texto de Mary Wollstonecraft, a escritora inglesa que, inspirada nas discussões na França pós-revolucionária sobre os direitos civis do cidadão, publicou “A Vindication of the Rights of Woman” na Inglaterra em 1792. A partir desse texto, Nísia Floresta escreveu o seu “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, publicado no Recife em 1832. Usando o discurso erudito, que se apóia em convenções ritualizadas e, por isso mesmo, validadas pela cultura literária (o que evoca as colocações de Michel Foucault sobre o papel do ritual na qualificação do sujeito que fala bem como sobre a função das sociedades do discurso no controle dos discursos autorizados),⁶ Martins descreve o uso do termo “mulher” no singular, no caso de Wollstonecraft, e “mulheres” no plural, no caso de Floresta, afirmando uma oposição ideológica entre ambas – a intenção puramente jurídico-legal da primeira, e a conotação social mais ampla e mais vaga da intenção da segunda – para então fixar a distorção da visão de Floresta, sobre a qual, afirma Martins, “se funda, diga-se de passagem, todo o feminismo contemporâneo”.

⁶ De acordo com FOUCAULT, 1999.

A citação a seguir é longa, mas imprescindível para entender a estratégia discursiva de Martins:

⁷ MARTINS, 1979.

Não se trata de chinesices lingüísticas e a prova está em que, dois anos antes de sua própria vindication, Mary Wollstonecraft publicara uma outra – a dos “rights of men”, no plural, por onde entramos nas sutilezas semânticas que o vocabulário feminista claramente ignora (nos dois sentidos da palavra). [...] A palavra “men”, no plural, observei na *História da inteligência brasileira II*,⁷ foi empregada no sentido comum do gênero humano, o mesmo em que, no singular, é entendida nas línguas neolatinas, sem qualquer conotação machista. Em latim, de onde veio tudo isso, homo designa o gênero humano, por oposição aos animais, e vir é a designação do homem, por oposição à mulher. Como as feministas, em outra incorreção característica, passaram a designar como “gênero” a condição da mulher, essas noções desapareceram, sem falar no imperialismo implícito que parece atribuir apenas às mulheres a condição do gênero humano.

⁸ Nesse sentido, ver as análises lúcidas e iluminadoras apresentadas em Timothy REISS, 1989, e Frances FERGUSON, 1989.

A leitura rasa do pensamento de Wollstonecraft, sem as devidas contextualizações no debate intelectual de sua época⁸ e o desconhecimento de Martins do conceito de gênero, sem falar sobre sua crítica mordaz à biógrafa de Nisia Floresta, Constância Duarte, exigiriam um trabalho com objetivo outro que não o do presente texto. O que é importante assinalar é que o texto de Martins constitui um ato de fala cuja estrutura retórica é reveladora de como a argumentação, com vistas à persuasão, opera pelo recurso da citação, a qual acumula a força da autoridade justamente pela repetição para ratificar o poder do enunciado e reafirmar a posição do falante como agente de um discurso performativo, definido como prática significativa em que a palavra não somente diz sobre algo, mas também constrói esse algo através de uma violenta interpelação. Na construção do sentido em que as palavras realizam o ato que elas denotam (o sujeito implícito “eu afirmo” está elidido mas pressuposto no enunciado que afirma: “o feminismo contemporâneo é uma distorção que começou de um equívoco semântico”), o crítico interpela os/as leitores/as nos termos de uma inteligibilidade cultural alicerçada no efeito fixo e regulador de uma posição de sujeito, declinada como pertença patriarcal, lugar a partir do qual são forjadas identificações de parte de uma comunidade lingüístico-cultural. Portanto, compreender o discurso de Wilson Martins implica qualificá-lo como sofisticada manobra de dominação em que se inscreve uma subjetividade com marcas que a vinculam aos interesses de um conjunto de sujeitos politicamente situados,

localizados em um mesmo campo cultural e alinhados a uma mesma tradição. A lógica do texto de Martins é a mesma dos outros textos mencionados aqui: refutar o feminismo. Como se pode observar, o rechaço assume variadas formas, quer pela via da retórica do declínio e da forma caricata, quer pela via do fraseado erudito, uma armadilha para leitores/as não versados/as nas sutilezas de um discurso que não tem outro propósito a não ser descartar tudo o que estiver relacionado ao feminismo e aos direitos das mulheres. Poder-se-ia dizer que as matérias referidas acima se sustentam sob as mesmas bases ideológicas na medida em que produzem efeitos discursivos derivados de uma mesma matriz hegemônica que é a misoginia, cujo intento sempre foi o de normatizar, regular e controlar o espaço, os papéis e as intervenções das mulheres na vida social. A pergunta que obrigatoriamente se coloca é “Quais seriam as condições que possibilitam a regularidade desses discursos, de forma que ganham aval para circularem como verdade em nosso meio e produzirem efeitos socialmente tão perniciosos”.

Poder e cultura: na casa patriarcal

⁹ SOARES, 1998. Soares é, além de organizador, co-autor de *Violência e política no Rio de Janeiro* (SOARES, 1996).

No ensaio “Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso”,⁹ Luiz E. Soares examina como, no cenário nacional, se disseminou entre as elites um consenso de repulsa a idéias oriundas da cultura norte-americana e delimitadas pela expressão “politicamente correto”, com base em sentidos cuja interpretação, pelo público brasileiro letrado, se desdobra em três possibilidades: 1) expressão de um fanatismo histórico norte-americano, que cerceia e controla o humor e a espontaneidade; 2) manifestação de uma intolerância de base puritana, com forte tendência racionalista e autoritária e que visa a constituir uma sociedade artificialmente uniforme; 3) posição perigosa e equivocada que se alimenta da pretensão de definir o que são comportamentos socialmente aceitos, o que levaria à anulação do dissenso e das diferenças. Segundo Soares, embora essas interpretações possam ser explicadas à luz de argumentos com alguma validade, pois certamente há excessos e radicalizações que deram ensejo a esses reducionismos interpretativos, todas pecam por não propiciar uma compreensão mais rica e complexa de fenômenos associados à própria dinâmica cultural de uma sociedade que, em suas crises, abriu espaços para debates e, em seus recuos e avanços, tem feito esforços no sentido de redefinir seus parâmetros ético-políticos, com vistas à construção de uma sociabilidade democrática. O que eu

¹⁰ SOARES, 1998, p. 221.

¹¹ Muitos dos argumentos levantados contra a política de cotas para o acesso à universidade pública, em debates envolvendo vários setores da sociedade civil, ilustram, sintomaticamente, as dificuldades, do ponto de vista psicológico, sociológico e político, em trabalhar e aprofundar questões democráticas. Essas dificuldades revelam uma indisposição para repensar, do ponto de vista histórico e social, a estrutura e as relações de dominação que definem o modo de funcionamento e organização da sociedade brasileira, e mais, uma certa fixação com a preservação de uma auto-imagem tradicional e conservadora da brasilidade, que se alimenta da ideologia dominante e que nada tem de democrática, tolerante, generosa e incluyente.

¹² Autora de *Personas sexuais* (PAGLIA, 1992).

¹³ Uma forma de verificar o ranking intelectual de um profissional da academia é através do número de citações de seu nome em produções relacionadas a sua área de atuação. Com mais de vinte anos de experiência como leitora da produção feminista na academia norte-americana, jamais encontrei o nome de Camille Paglia citado em livros ou artigos de periódicos científicos ou algum livro seu listado em referências bibliográficas.

gostaria de assinalar é a importância de seu comentário sobre o fato de ter deixado de fora de seu sucinto inventário das interpretações brasileiras correntes do “politicamente correto” as reações mais extremadas, aquelas “que desqualificam, com desprezo arrogante, por princípio e *in limine*, tudo o que estiver associado aos temas dos direitos de minorias ou às questões feministas”.¹⁰ Muito embora a proposta de Soares seja a de desenvolver uma compreensão alternativa dos significados da referida expressão através da descrição do campo de fenômenos políticos, particularmente em termos de manifestações sociais e de reações que estas suscitam na contemporaneidade, o que foge ao âmbito de minhas atenções neste texto, sua leitura do reductionismo interpretativo do “politicamente correto” como expediente de exorcismo simbólico é extremamente relevante para se entender os mecanismos através dos quais a nossa cultura, patriarcal e conservadora, estigmatiza a cultura do “outro” para naturalizar e afirmar a nossa diferença cultural, positivamente superior, inscrita nas formulações mitológicas da nossa suposta e inata espontaneidade, criatividade e convivência pacífica com as diferenças, a despeito de uma experiência nacional cuja história é uma história de violências e autoritarismos, repressões e exclusões jamais seriamente questionadas ou perturbadas por grande parte da sociedade. Na imagem caricata do “politicamente correto” disseminada pelo país afora não há espaço, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, para discussões sobre o que nele há de sério e relevante para se avançar sobre as questões cívicas de cidadania e sobre políticas públicas de acesso e de inclusão de larga faixa de segmentos marginalizados e alijados da sociedade de bens, materiais e simbólicos, cujo fato, por si só, escancara os limites do conceito de democracia, enunciado à exaustão nos discursos políticos e institucionais de ontem e de hoje.¹¹

É muito revelador que uma figura controversa e sem projeção maior na academia norte-americana como Camille Paglia¹² tenha merecido tanto destaque na mídia brasileira nos anos 90, particularmente no jornal *Folha de São Paulo*, cujos cadernos semanais como *Folha Ilustrada* e *Caderno Mais* são considerados de referência nacional para a classe letrada do país. Sem maior prestígio no cenário intelectual norte-americano e quase desconhecida de seus pares no campo acadêmico do feminismo teórico,¹³ Camille Paglia granjeou uma fama repentina no Brasil, sendo elevada à condição de ícone *pop star* como a feminista ‘modernosa’, a antifeminista e a pós-feminista. Entre os anos de 1994 e 2000, seu nome foi citado 105

¹⁴ *Folha de São Paulo*, 11 jul. 1994. Caderno Especial, p. A-3.

¹⁵ Conforme nota da reportagem "Elas abriram caminhos", da seção "Mulher", por Diana Medeiros e Rosilene Pereira, na *Revista Filosofia* (MEDEIROS e PEREIRA, 2006, p. 69).

vezes em matérias diversas, como resenhas, editoriais, entrevistas, todas colocando o nome de Paglia como referência para questões relacionadas com o feminismo. A sua autoproclamação como a mais importante feminista desde Simone de Beauvoir, e a propagação de suas declarações bombásticas como a de reformar o feminismo no segundo milênio, pois, em suas palavras, "não pode mais ser essa pregação de ódio aos homens",¹⁴ foi muito conveniente para os segmentos conservadores da mídia e da elite, que se deleitaram com suas críticas ao "politicamente correto", seus ataques ao feminismo acadêmico, o que acabou obtendo um reforço importante para a manutenção das práticas voyeuristas locais com relação às mulheres, bem como para a legitimação da visão de que os homens constituem a nova 'minorias' oprimida. Importar Camille Paglia para ridicularizar o feminismo teve efeitos duradouros na memória brasileira, tanto que ainda hoje é considerada uma das mulheres que deram importante contribuição ao feminismo no Brasil e no mundo, uma "intelectual influente nos Estados Unidos por sua atitude libertária" e pela autoria de livros considerados "referências na literatura feminista".¹⁵ Poder-se-ia considerar com certa complacência esse prestígio forjado pela mídia brasileira, se ele não se constituísse em mais uma impostura intelectual que, lastimavelmente, contribui para minar a compreensão do público brasileiro sobre os sentidos do feminismo.

Voltando ao repúdio brasileiro ao feminismo, como se este fosse uma causa ilegítima, não se pode deixar de considerar a sua associação à cultura estrangeira: a explicação é que se trata de um corpo estranho 'importado', como muitas vezes ouvi falar, até mesmo nos bastidores acadêmicos, na linha de argumento de um nacionalismo rançoso que, em defesa da singularidade nacional, decreta a estrangeirice das idéias feministas como se elas não tivessem nada a ver com a nossa realidade e com um campo de problemas reais na vida nacional. Para Soares, o grau de repúdio impressiona:

A discriminação social por gênero não é uma surpresa, nem uma originalidade brasileira. Surpreendente e original é a intensidade da resistência, no Brasil, ao feminismo e a seus temas. Apesar da existência de militantes, líderes, intelectuais e deputadas feministas, apesar dos avanços conquistados nas legislações, apesar de características fortemente progressistas de nossa Constituição (assinada em 1988), a resistência ao feminismo e a seus temas ainda é imensa. Mesmo nos meios intelectuais, mesmo na esquerda, mesmo entre mulheres. Feminismo é freqüentemente objeto de

¹⁶ SOARES, 1998, p. 219.

pilléria e seus temas são muitas vezes tratados de forma jocosa.¹⁶

¹⁷ Ver SCHWARZ, 2000.

A complexidade dos fatores que se conjugam na articulação desse fenômeno que é o antifeminismo brasileiro impõe, obviamente, que sua apreensão se dê para além do limite das associações que se possam fazer com a repulsa ao “politicamente correto”, ou com o rechaço às idéias “fora do lugar”, expressão inventada por Roberto Schwarz¹⁷ para explicar o nosso torcicolo cultural, isto é, a dependência de idéias forjadas nos centros metropolitanos de poder e o seu transplante acrítico para o contexto de uma realidade brasileira em descompasso com a realidade onde tais idéias são produzidas, ensejando entre nós uma vida cultural artificial, mascarada e alienada das condições materiais de vida. Fazendo um jogo com a expressão de Schwarz e invertendo seu sentido, afirmo que o antifeminismo, entre nós, enraizou-se no âmbito da cultura letrada como uma idéia muito própria do lugar, na medida em que foi se consolidando no curso do próprio desenho do desenvolvimento econômico e da organização social brasileira, como decorrência das relações materiais de produção e da consolidação de um pensamento patriarcal e senhorial que ancorou um sistema social de relações de poder em que formas de misoginia e de racismo foram instrumentais na materialização dos interesses de classe da elite dominante. É no horizonte dessa lógica histórica em que se imbricam interesses de classe com interesses de gênero e de raça que se pode compreender a força institucional do conceito de família patriarcal, uma forma de organização de poder, estruturada hierarquicamente, inicialmente afeita a um segmento específico e privilegiado da população e que veio a se tornar modelo para as relações tanto na esfera privada quanto na pública.¹⁸ No centro desse modelo, descrito por Roberto Reis como três círculos concêntricos, está “o senhor de terras (prevalência de uma ordem senhorial), que acumula papéis de pai (prevalência de uma ordem patriarcal) e de homem (prevalência de uma ordem masculina”.¹⁹

¹⁸ Ver, nesse sentido, Sérgio Buarque de HOLANDA, 1995; Dante Moreira LEITE, 1992; Emilia Viotti da COSTA, 2000.

¹⁹ REIS, 1989, p. 566.

Estruturada no âmbito das elites dominantes, pode-se dizer que essa configuração apontada por Reis decalcou, no contexto histórico específico dos modos de produção e de organização da sociedade brasileira, o poder absoluto do senhor, homem livre, dono de escravos, chefe da família, coronel e chefe político cujas ações decisórias se articulavam através de um sistema de clientelismo, de preferências pessoais e de troca de favores, uma rede de manipulações que reforçou a sua posição hegemônica, controlou a mobilidade social através de

relações de dependência e subserviência – de mulheres, classes subalternas e minorias étnicas – e assegurou uma estabilidade política calcada em uma concepção hierárquica e autoritária, dissimulada, sob a forma conveniente, sob a forma de uma retórica benigna e liberal. Daí a razão de Sérgio Buarque de Holanda ter definido, no núcleo de sua análise da formação da sociedade brasileira apresentada em seu *Raízes do Brasil*, o homem brasileiro como o homem cordial, um ser social produto desse processo histórico, enfatizando, contudo, não sem uma fina ironia, que o sentido da cordialidade, predicada em um sentimento avesso à civilidade, à rejeição de formalidades e convenções por influência de padrões de convívio rural e patriarcal, não comporta, “apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia”.²⁰ O que recentemente tem sido colocado em discussão na tese, hoje clássica, da cordialidade como um elemento definidor da brasilidade é o limite de sua aplicabilidade, isto é, o conceito só se refere às relações entre iguais, portanto, diz respeito aos comportamentos entre segmentos da classe dominante²¹ cujos valores, permeados pelo personalismo e patriarcalismo, ganham uma fachada de civilidade através da adoção de um liberalismo conveniente para cada situação: progressista, nos embates ideológicos contra a dominação colonial até meados do século XIX, e de feição conservador, depurado de seus aspectos mais radicais e moldado pelo sistema de clientelismo, para manter intacta a estrutura hegemônica de privilégio de gênero, raça e classe que sustentava a estrutura social brasileira e o seu funcionamento. Na segunda metade do século XIX, esse tipo de liberalismo teria sido a mola mestra da ideologia de base conservadora, autoritária e antidemocrática associada à perpetuação das elites no poder e ao estabelecimento de uma verdadeira oligarquia no Segundo Reinado.²² Com o início do processo de urbanização e modernização, desencadeado pela Abolição da Escravatura em 1888 e pela Proclamação da República em 1889, a prevalência da ordem senhorial se deteriorou, mas a base da estrutura econômico-social gerada pela exploração colonial se manteve através da nova ordem de dominação representada pelas classes dominantes locais. Isso quer dizer que a ideologia patriarcal ganhou reforço e se disseminou em todas as esferas da vida social, com a manutenção da relevância e da centralidade da família, declinada pela experiência da elite dominante e incorporada pela classe burguesa, protagonista das transformações políticas e sociais desencadeadas pela república. Como observa Roberto Reis, a importância da família “se arraigou no inconsciente

²⁰ HOLANDA, 1995, p. 205.

²¹ LEITE, 1992, p. 293.

²² COSTA, 2000, p. XXI- XXIV.

²³ REIS, 1989, p. 568.

social, legando marcas como o paternalismo e o filhotismo protecionista, que ainda hoje têm trânsito em larga escala e deterioram as relações políticas no país”.²³ Em outras palavras, as inovações do progresso burguês e as idéias modernas de civilização pressupostas na construção do Estado-nação como liberdade, cidadania e direitos civis passaram a coexistir, em um complexo de relações próprias ao cenário brasileiro, com formas antigas de mandonismo, exploração de trabalho, latifúndio, gerando desigualdades sociais imensas, opressões e exclusões que persistem, lastimavelmente, como signos dos preconceitos que permeiam toda a sociedade.

É na perspectiva das redes de dominação presentes na história social brasileira e da persistente atualização da tradição de um pensamento patriarcal e conservador em descompasso com as articulações do pensamento crítico contemporâneo sobre hegemonias e suas violências epistêmicas que se pode avaliar a função do discurso cultural e de suas representações simbólicas na domesticação e controle das tensões no campo das relações sociais, não só com relação à questão da mulher, mas também com relação ao negro e ao índio. Dentre esses discursos, destaco a idealização e a glorificação da mulher branca, como imagem prospectiva da mãe, um feminino puro e não contaminado pela sexualidade e que teve sua contrapartida, ao longo da história, na imagem da mulher índia, considerada coletivamente como um ‘animal de caça’ durante os séculos de colonização, e na mulher negra, concubina das senzalas e precursora da mulata, imagem erotizada e objeto do desejo carnal que ainda hoje é projetado pelo imaginário masculino como uma propriedade nacional e um bem de exportação. A gênese dessas imagens está na mentalidade escravocrata e suas formas de subordinação da mulher cujos resíduos sobrevivem no patriarcalismo ideológico burguês que, pode-se dizer, constitui um problema estrutural, de difícil solução, na sociedade e na cultura brasileiras. Muito embora o mito da caracterização da mulher branca como passiva e dependente, uma eterna prisioneira da autoridade patriarcal, tenha sido contestado em estudos recentes, particularmente sobre o século XIX,²⁴ como regra geral a mulher branca de classes média e superior foi elevada à condição de símbolo da honra masculina, um valor doméstico sagrado, enclausurado no espaço sentimentalizado do lar e da família.²⁵ Essa imagem sempre foi um ponto inegociável nos bastidores ideológicos da tradição brasileira, mesmo quando seu discurso se viu atropelado pela modernidade, não a das vanguardas européias, mas a trazida pelas demandas das mulheres

²⁴ Ver, nesse sentido, o capítulo 10, “Patriarchalism and the Myth of the Helpless Woman in the Nineteenth Century”, em COSTA, 2000;

²⁵ Contribuições importantes sobre essas questões em Maria Lúcia ROCHA-COUTINHO, 1994; Maria Ângelo D’INCAO, 2001; e June HAHNER, 1978.

por seus direitos civis. Como bem mostra Sylvia Paixão em sua pesquisa sobre as revistas que circulavam no Rio de Janeiro da década de 1920, a questão do direito ao voto das mulheres, por exemplo, desencadeou uma verdadeira guerra cultural com vistas a erradicar o perigo que representava para a estabilidade da família e, por extensão, da sociedade, o desejo de emancipação feminina. Do artigo intitulado “Feminismo”, publicado na *Revista Para Todos* (março de 1920), a referida pesquisadora oferece uma amostra da diatribe:

De que vale permitir-se à mulher o ingresso nos colégios eleitorais e nas agremiações partidárias [...] O feminismo, tal como o preconizam aqueles que entendem que à mulher não deve ser vedado o exercício de algumas funções incompatíveis com a fragilidade de seu sexo e a inigualável missão que lhe destinou Jesus, desorganiza a família.²⁶

²⁶ Citado em PAIXÃO, 1996, p. 131.

Nesse contexto, não surpreende que tenhamos sido o último país das Américas a homologar o voto feminino, tardiamente, em 1932. Também a emergência de mulheres escritoras no cenário da literatura brasileira rendeu vitupérios que deixam à mostra o efeito do recalque sofrido com a entrada da mulher em um domínio de prerrogativa masculina. Assim, escrevendo nos anos 30, o crítico Olívio Montenegro ironiza:

Vamos ser positivos: a literatura de ficção, de autoria feminina, entre nós, tem sido quase sempre de um calete fraco. Sentimental e pueril. E quando aparece com uns estremecimentos maiores de emoção, no fundo é histerismo. A exaltação não é da imaginação; é do desejo. São autoras mais fiéis ao sexo do que à literatura. Entretanto não é a literatura o melhor derivativo para o sexo, nem o mais são. Seria a maternidade bem compreendida e bem aproveitada.²⁷

²⁷ MONTENEGRO, 1953, p. 273.

²⁸ FREYRE, 1987. Ver também o estudo de Ria Lemaire sobre as metáforas em *Casa-Grande & Senzala* (LEMAIRE, 2000). A autora mostra o quanto metáforas familiares naturalizam para o leitor uma outra realidade: “a verdade pouco ‘fraterna’, nada harmoniosa [...] a de que a confraternização não se produzia entre irmãos. Ela era sexual, praticava-se num pé de desigualdade radical, sendo a sua base a violência sexual [...] entre o homem, colonizador branco, e a mulher escrava ou índia” (LEMAIRE, 2000, p. 136).

Pode-se afirmar que a oposição à luta das mulheres e ao feminismo se alimentou e ganhou força justamente através da retórica da família – da grande e harmoniosa família miscigenada cristã brasileira, na visão idealizada de Gilberto Freyre, em seu clássico *Casa-Grande & Senzala*²⁸ –, uma retórica que, amparada pelo Estado e pela Igreja desde o passado, vem jogando para baixo do tapete toda a tragédia decorrente do autoritarismo, da violência, da luxúria e da bastardia que marca nossa história. É sintomático que a literatura canônica, aquela que adquiriu o status representativo de literatura nacional através do aval de historiadores e de críticos literários, se abstenha de contar essas histórias ou, pelo menos, silencie sobre a real dimensão dos infortúnios da brasilidade,

limitando-se a sinalizar a 'crise' da identidade/autoridade do *pater familias* no contexto do declínio econômico da oligarquia rural e da conseqüente falência das relações familiares, como é o caso do clássico *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis. Nesse mesmo período, isto é, século XIX, outras histórias circularam, denunciando a farsa dos valores tradicionais da família patriarcal e a violência das relações de gênero, raça e classe no contexto de uma sociedade escravocrata e autoritária. E, pelo seu teor, estão longe de serem histórias sentimentais e pueris, como é o caso de romances como *Ursula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, *D. Narcisa de Villar* (1859), de Ana Luiza Azevedo Castro, *Celeste* (1893), de Maria Benedita Borman, ou *A falência* (1901), de Julia Lopes de Almeida. A razão de os romances terem sido esquecidos pelas histórias literárias e de serem, hoje, considerados como objeto de interesse apenas para uma minoria de feministas comprometidas com a recuperação das vozes das mulheres no campo da produção literária do passado deve-se ao fato de a cultura letrada se recusar a atribuir-lhes qualquer valor, reservando-lhes o status de "literatura menor", para não dizer irrelevante, sob a alegação de que são textos que não interferiram no sistema, uma atitude altamente reveladora da cumplicidade da cultura letrada com o modo de pensar – e de fazer – da classe dominante. Como esses textos nem sequer foram reconhecidos em seu tempo e, precisamente por isso, deixaram de circular, a alegação de que não tiveram força de intervenção no sistema²⁹ não passa de uma manobra retórica para justificar o ponto de vista sobre sua irrelevância e o seu descarte.

²⁹ Conforme a definição do crítico e historiador da literatura brasileira Antonio Candido, que, ao discernir entre o que considera manifestações literárias e literatura propriamente dita, produzida no Brasil, considera literatura como "um sistema de obras ligadas por denominadores comuns" (CANDIDO, 1964, p. 25).

Na perspectiva da historicidade que pauta a constituição, a circulação e a regularidade dos discursos com vistas a produzir efeitos de normalização e de consensualidade, não vejo nenhuma distinção qualitativa entre a retórica de exaltação à família que subjaz, de forma subliminar, na refutação ao feminismo na contemporaneidade brasileira e os discursos que circulam nos fóruns de literatura no país e que fazem a apologia de critérios de valor estético, com vistas à preservação da tradição dominante ou da alta cultura. Permito-me explicar. Sabe-se que a origem histórica da subordinação das mulheres foi a família patriarcal e que o seu funcionamento, como modo de produção de gênero (e de heterossexualidade), foi equacionado ao poder na esfera pública de forma que a família patriarcal é definida ainda hoje como o sustentáculo da ordem moral e política. Quando falo na família como modo de produção penso no controle social da sexualidade feminina e de como esse controle, em termos de Brasil, ainda está, sob vários aspectos, vinculado

ao poder do Estado e à influência da Igreja, muito embora a política do Estado neoliberal nos faça crer o contrário. Em se tratando de sexualidade feminina e reprodução, o controle da mulher pelo Estado brasileiro é ditatorial, como bem ilustra o incidente ocorrido na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, em março do 2006, quando um grupo de mulheres que fazia colagem de cartazes a favor da descriminalização do aborto foi abordado por policiais militares e preso sob a acusação de apologia ao crime e formação de quadrilha. Que correlações existiriam entre o controle da sexualidade feminina e a questão de valor como critério para definir o que é literatura? Penso que o descrédito veemente à literatura produzida por mulheres no passado é uma forma de controlar o campo literário a partir de um conceito de literatura que ratifica o aparato de saber/poder indissociável das elites culturais – diga-se, a comunidade interpretativa de indivíduos que introjetaram o ponto de vista do gênero, da classe e da raça dominante – e que, portanto, está inserido no campo de relações sociais de poder. Por outro lado, a proibição do aborto é uma forma de manter o controle sobre o corpo da mulher com o objetivo de preservar o sentido ideológico da sexualidade reprodutiva e a verdade do 'papel natural' da mulher no horizonte idealizado de uma idéia de família patriarcal. Se, por um lado, a definição do que é literário não pode ser desvinculado de suas implicações materiais, ou seja, do controle de recursos, acesso, circulação e distribuição de certos textos e certos conhecimentos, um controle que visa a reproduzir as hierarquias tradicionais do campo para preservar a sua identidade (seus centros e margens), a definição do aborto como crime está imbricada na imposição universal da Lei do Pai em nome da defesa de uma definição sacralizada de vida que não admite o contraditório e se ampara na retórica da família que, sabemos, é reprodutora de hegemonias e, portanto, se constitui em um capital simbólico eficiente no controle do campo material/social onde se constituem as identidades. Nesse sentido, tanto a retórica da família quanto os discursos de apologia do cânone são claramente investidos de interesses de segmentos sociais em posições de privilégio, o que configura uma forma de servir a uma economia social e política de manutenção do *status quo*. Portanto, nada mais avesso a uma prática efetivamente democrática do que a disseminação de ambos os discursos referidos, o do campo jurídico-legal e o do campo literário-cultural.

Na tentativa de tecer uma linha de pensamento que possa alcançar um entendimento sobre as determinações que condicionam as especificidades históricas do

antifeminismo no Brasil, é impossível não convocar as análises da história e da cultura brasileiras produzidas pelas lentes de importantes intelectuais definidos como “de esquerda”, tais com Sérgio Buarque de Holanda, anteriormente referido, e outros como Caio Prado Junior e Raymundo Faoro. Suas interpretações, pelos vieses da história, política e sociologia, se descolam da historiografia tradicional marcada por abordagens evolucionistas e culturalistas para captar as tensões e contradições constitutivas da nossa identidade e, nesse sentido, podem ser definidos como redescobridores do Brasil. Raymundo Faoro, em seu *Os donos do poder*,³⁰ nos conduz por uma análise lúcida e penetrante do perfil das classes dominantes e do processo de expropriação econômico-social que ocorreu ao longo da história política com a consolidação de um Estado patrimonial e estamental-burocrático e de padrões culturais correspondentes às relações de dominação: a formação de duas sociedades paralelas, uma cultivada e letrada e a outra primária, inculta e à margem do governo. No seu entendimento, a chamada civilização brasileira não passa de uma “monstruosidade social”.³¹ Por outro viés, Caio Prado Junior, em *Formação do Brasil contemporâneo*,³² apresenta uma leitura histórica das raízes do Brasil contemporâneo, referindo-se aos processos políticos implantados no país sob o signo de modernização como uma adaptação ao capitalismo, pois conservou elementos da antiga ordem: o latifúndio, o patronato e o clientelismo. Para Prado Junior, tais arranjos políticos feitos pelo alto tiveram repercussões de caráter autoritário e excludente na vida social na medida em que encobriram, sob o verniz artificial do progresso, as disparidades econômicas e sociais do país, deixando intocável o sistema patriarcal ou a velha ordem. Foi Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, quem definiu, com extrema propriedade e acuidade crítica, o perfil intelectual da elite brasileira, particularmente no período de consolidação de nossa identidade nos termos de um Estado nacional moderno. Para ele, o pensamento e sensibilidade romântica, em que “o amor às letras não tardou em instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana [...]”, é um indicador de que “todo o pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao conjunto social”.³³ Para Buarque de Holanda, que observava os processos do passado histórico na perspectiva dos anos de 1930, o pensamento brasileiro absorveu a herança ibérica de uma verbosidade artificiosa e superficial, distante das condições materiais de vida e alheia ao mundo circundante, porque

³⁰ FAORO, 1957.

³¹ FAORO, 1957, p. 271.

³² PRADO JR., 1942.

³³ HOLANDA, 1995, p. 162.

³⁴ HOLANDA, 1995, p. 164.

empenhado no cultivo do saber erudito, índice de superioridade mental, um dos traços que revela “sua missão nitidamente conservadora e senhorial”.³⁴ Nessa linha de argumentação, pondera que o móvel do conhecimento dessa classe não visava ao intelectual ou ao social, mas ao enaltecimento e dignificação daqueles que o cultivavam.

³⁵ ANDERSON, 1983.

A nacionalidade é sempre um termo relacional cuja identidade é resultado de uma construção social e simbólico-discursiva em torno de um sistema ideológico de diferenças cuja administração e direcionamento aciona um projeto de nação através do qual ela se estabiliza como uma “comunidade imaginada”, conceito formulado por Benedict Anderson em seu provocante estudo *Imagined Communities: Reflections on the Origins and the Spread of Nationalism*.³⁵ Para Anderson, a construção das nações modernas obedeceu a uma lógica conjuntiva que buscou assimilar as diferenças na demanda por uma totalidade sem fissuras, isto é, além de um território demarcado, limitado e soberano, a nação se concebeu na figura política e antropológica de uma comunidade imaginada, forjada pelo sentimento compartilhado de uma fraternidade horizontal por meio da qual se estabeleceram os processos de identificação e singularização necessários à constituição de uma identidade nacional. Em termos de Brasil, a formação da identidade nacional não pode ser vista dissociada de uma conjuntura histórica que passa pelo processo de colonização, pela territorialização de sua missão civilizatória, com sua ordem ritualística de sacrifício e violência, pela formação de um Estado escravocrata, oligárquico e autoritário e pela constituição de uma elite econômica e cultural, protagonista de um projeto hegemônico cujos sentidos políticos nada tinham ou têm de fraterno. Os ideais iluministas da emancipação, da conciliação, do futuro e do progresso que alimentaram a concepção do Estado moderno permanecem como no nível das idéias, abstraídas das práticas reais, pois essas, implicadas na reprodução de relações de poder, têm se traduzido em atos violentos de segregação, marginalização, exclusão e coerção econômica. Daí porque, nas palavras de Octavio Ianni, “amplos setores das classes dominantes, ou suas ‘elites’, continuam a agir no mando e desmando das coisas públicas e privadas como desfrutadores, colonizadores, conquistadores”.³⁶

³⁶ IANNI, 2003, p. 259-260.

No processo de construção da nacionalidade, os mitos funcionais da cultura brasileira – o da não-violência, o da democracia racial e o da índole pacífica de um povo que se reconhece como resultado do cruzamento de raças e de culturas – são ficções coletivas que se apresentam

como soluções à compreensão de uma realidade histórico-social complexa e contraditória, o que requer uma reflexão sobre os sentidos da colonização em um cenário em que a hegemonia patriarcal de gênero, classe e raça molda um capitalismo periférico cujas formas de funcionamento estruturam os ideologemas da nação. Com isso quero dizer que é a perspectiva de classe da elite patriarcal dominante, em suas relações materiais de produção, que formula e ordena as estruturas simbólico-discursivas determinantes das formas de subjetividade e de sociabilidade definidoras do funcionamento político-institucional da nação. Cabe reconhecer a prevalência dessa perspectiva nas hierarquizações das diferenças de gênero e de raça, nas segregações de classe e nas limitações impostas ao agenciamento da mulher como sujeito da comunidade horizontal da nação. A representação da mãe republicana no século XIX, vinculada à mulher no contexto do casamento e da família onde exerce seu papel de reprodutora de cidadãos visceralmente ligados à uma visão teleológica do grande destino nacional, foi uma imagem declinada pelos valores de classe burguesa e de seus interesses de reprodução. A força de sua sedimentação no imaginário nacional explica por que hoje o antifeminismo só pode ser compreendido no contexto da consolidação dessa elite, como efeito da tradição de um pensamento que se renova na lógica de um discurso de classe com vistas a manter assimetrias e desigualdades de gênero,³⁷ revelando uma indisposição histórica de abertura para a atualidade. Pode-se afirmar que o patriarcalismo, refinado pelo reacionarismo e conservadorismo da classe social dominante, constitui a formação discursiva hegemônica que sustenta a base de estruturas institucionais e ideológicas do campo político. O termo "político", tal como o emprego aqui, designa não só as formas de organização social do Estado, da economia, da sociedade e do gerenciamento do capital simbólico na esfera pública, mas também as relações familiares e afetivo-sexuais na esfera privada.

³⁷ Friedrich ENGELS, 2005.

A cada estatística ou relatório sobre a situação de mulheres e de crianças no contexto da sociedade brasileira, realizado por diversas instituições do país e do exterior, como IBGE, FGV, IPAS/Brasil, UNESCO, Fórum Econômico Mundial, levamos um sobressalto diante de índices alarmantes: diferenças substantivas de renda (30%) entre homens e mulheres, o que coloca o Brasil como um dos países da América Latina com piores índices em relação ao trabalho; a exploração do trabalho infantil, que coloca também o Brasil em terceiro lugar na América Latina, perdendo apenas para o Haiti e a Nicarágua; o crescente abuso e violência

sexual contra as crianças, e particularmente contra meninas, a prostituição infantil, a insegurança alimentar grave de 6,5% das famílias brasileiras, a maioria delas constituída de mulheres e seus filhos, tráfico de mulheres e violência doméstica, que atinge índices epidêmicos em um quadro em que uma mulher é agredida no país a cada quatro minutos, via de regra por homens de seu círculo familiar. Ou seja, o ambiente doméstico é o lugar mais perigoso para as mulheres brasileiras! Essa situação revela os descaminhos dos movimentos de uma sociedade que não conseguiu superar a retórica naturalizada de seus mitos – incluindo-se aqui a retórica da família – e enfrentar as estruturas de dominação e expropriação que têm caracterizado o seu desenvolvimento histórico. Sem desmerecer os importantes estudos aqui referidos e que têm contribuído sobremaneira para a compreensão da história política e social da brasilidade através da qual é possível fazer uma arqueologia do antifeminismo e ver o que está plantado fundo nessa história, é relevante observar que nenhum dos estudiosos “de esquerda” mencionou a questão de gênero ou a opressão das mulheres em suas análises, fato que evidencia não só o quanto a presença das mulheres na construção e manutenção da comunidade nacional tem sido relegada por análises supostamente neutras, do ponto de vista de gênero, mas também o quanto a cegueira para as questões da dominação de gênero no contexto da sociedade que procuravam compreender inscreve esses mesmos sujeitos na condição de assujeitamento ao aparato ideológico do poder/saber dominante. As relações de desigualdade, opressão e violência de gênero no campo político brasileiro são evidências da violência simbólica de um projeto mal-acabado de nação que passa ao largo da existência concreta, social/política/cultural, das mulheres. Ou seja, o “direito dos homens” e o “direito dos cidadãos” presentes nos discursos da dialética moderna da igualdade e da liberdade não incorporam as mulheres que, em sua condição de sujeitos ex-cêntricos, sempre tiveram uma relação problemática com o Estado-nação moderno e sua construção de subjetividades.³⁸

³⁸ Ver, nesse sentido, os diversos desdobramentos teórico-críticos dessa questão nos estudos da coletânea *Between Woman and Nation* (Caren KAPLAN, Norma ALARCÓN e Mino MOALLEM, 1999).

No campo minado da crítica e dos valores

Não se pode desvincular a episteme patriarcal nacional dos rumos da crítica feminista no país, e o meu percurso de reflexão busca justamente procurar entender a sua posição marginal, do ponto de vista teórico, e ambivalente, do ponto de vista político, no quadro dos estudos literários e da cultura do país. A institucionalização

da crítica feminista na academia brasileira é hoje um fato incontroverso de norte a sul; basta verificar currículos acadêmicos, projetos de pesquisa, linhas de pesquisa e produção docente e discente nos níveis de graduação e de pós-graduação, bem como o número significativo de projetos que recebem apoio das agências governamentais de financiamento à pesquisa. Mas também é um fato inquestionável que a crítica feminista nunca se consolidou como uma corrente teórico-crítica de impacto nos estudos literários e seu status acadêmico, como aporte teórico ao estudo da literatura, é, via de regra, quase invisível no quadro de abordagens teórico-metodológicas valorizadas como a sociologia da literatura, a estética da recepção, o estruturalismo e o marxismo, e mais recentemente o pós-estruturalismo e os estudos culturais, dos quais ela é, às vezes, vista equivocadamente como uma vertente ou desdobramento. Um dos estudiosos de maior prestígio no campo das Letras nos Estados Unidos, Jonathan Culler, autor de um livro que circulou muito no Brasil nos anos 70 intitulado *Poética estruturalista*, faz a seguinte afirmação na Introdução de *Sobre a desconstrução*:

Ao mapear a crítica contemporânea como um embate entre os adeptos do *New Criticism*, os estruturalistas e, depois, os pós-estruturalistas, considerar-se-ia difícil fazer justiça à crítica feminista, que teve maior efeito sobre o cânone literário do que qualquer outro movimento crítico, e que comprovadamente foi uma das mais poderosas forças de renovação da crítica contemporânea.³⁹

³⁹ CULLER, 1997, p. 36.

⁴⁰ Ver, nesse sentido, Roberto Acízelo SOUZA, 2004; Maria Eunice MOREIRA e Luiz Roberto CAIRO, 2006; Luiz Costa LIMA, 2005.

⁴¹ CULLER, 1999; EAGLETON, 1983; e JAMESON, 1992.

Entre nós, evidentemente que não é esse o cenário. Livros e estudos sobre teoria da literatura e história da literatura escritos por brasileiros⁴⁰ nem sequer mencionam o feminismo e suas epistemologias ou o pioneirismo da crítica feminista com relação aos modos tradicionais de pensar o campo literário, o que sem dúvida é curioso, uma vez que muitos livros estrangeiros em tradução circulam pelos programas de graduação e de pós-graduação do país, como *Teoria literária: uma introdução*, de Jonathan Culler, *Teoria da literatura: uma introdução*, de Terry Eagleton, e *O inconsciente político*, de Fredric Jameson, entre outros.⁴¹

A realidade é que, fora do círculo de suas praticantes, a crítica feminista nem sequer existe, e quando mencionada é considerada com descrédito, muitas vezes com preconceito explícito, e freqüentemente com suspeita, como sendo mais uma teoria “de fora”, expressão que, como já referi, inscreve a crítica feminista no cenário de repúdio ao mimetismo teórico, questão que é associada à

tendência brasileira de angariar prestígio intelectual pelo endosso de nomes difíceis e de teorias estrangeiras, sobre o que Sérgio Buarque de Holanda já nos alertava em 1936. Sem ignorar esse lado da questão, pode-se argumentar que a crítica ao mimetismo não explica de todo a resistência a ela, já que, por exemplo, não se verifica a mesma reação diante dos influxos teóricos do pós-estruturalismo ou do pós-colonial. Nesse quadro, o descrédito específico à crítica feminista está atrelado a uma combinação de desconhecimento com um ressentimento contra o que é considerado um dos desdobramentos do neocolonialismo norte-americano e que se expressa sob a forma de um nacionalismo cultural. Mas como a história já nos ensinou, o nacionalismo cultural pode assumir feições progressistas ou reacionárias, e essas últimas têm como objetivo domesticar e controlar o dissenso. Assim, o que se pode desentranhar no inconsciente político desse descrédito e/ou resistência é o receio da desestabilização de valores profundamente enraizados na nossa cultura – a alta literatura é um deles –, uma vez que a crítica feminista, na sua heterogeneidade epistemológica, participa do projeto ontológico de dismantelamento de reivindicações de autoridade e privilégio cultural/patriarcal cristalizadas em representações historicamente situadas. É por esse caminho que a crítica feminista causa perturbações ao mundo letrado. Vejamos quais as formas dessa perturbação.

⁴² BOSI, 2002.

Em um dos ensaios do livro *Literatura e resistência*,⁴² intitulado “Os estudos literários na era dos extremos”, Alfredo Bosi, um dos mais renomados críticos e historiadores da literatura brasileira, tece comentários sobre o universo caótico do fim de milênio, com o foco sobre processos de degradação da literatura e sua transformação em literatura-para-massas e cultura-espetáculo em tempos de mercado, afirmando que há uma correspondência entre discurso mercadológico e acadêmico na medida em que ambos valorizam a emergência de subconjuntos literários “exclusivamente em função de seus conteúdos”. Sua explicação do que entende por subconjunto merece atenção:

Surgiram, desde pelo menos os anos 70, uma literatura e uma crítica feminista, uma literatura e uma crítica de minorias étnicas (os exemplos americanos do romance negro e do romance chicano são bem conhecidos), uma literatura e uma crítica homossexual, uma literatura e uma crítica de adolescentes, ou de terceira idade, ou ecológica, ou terceiro-mundista, ou de favelados etc. O que as diferencia é o público-alvo; o que as aproxima é o hipermimetismo, o qual, no regime da mercadoria em série, cedo ou tarde, acaba virando convenção.

⁴³ BOSI, 2002, p. 251.

Mais adiante, ao afirmar que o conteudismo prevalece na cultura contemporânea, evoca os estudos culturais nos Estados Unidos e periferias como exemplo de paradigma de leitura que, no seu entender, tem substituído “a interpretação literária e a crítica estética pela exposição nua e crua do assunto, valorizando-o, se politicamente correto, e condenando-o, se politicamente incorreto”.⁴³

As colocações de Bosi já não surpreendem tanto, visto que se relacionam com algumas questões já abordadas anteriormente neste texto, tais como as interpretações equivocadas do politicamente correto, o olhar judicativo em relação às práticas simbólicas e acadêmicas da cultura “do lado de lá”, particularmente quando há receio de que possam interferir e prejudicar interesses e práticas locais relacionadas com a manutenção de privilégios de classe, gênero e raça, bem como a defesa do valor estético, corrente na esfera da cultura letrada brasileira. Vou me deter nos pressupostos sobre o literário que alimentam sua posição para chegar a sua desqualificação da crítica feminista. Bosi fala do lugar de uma crítica de contorno esteticista e de um conceito de literatura referenciado na tradição de autores clássicos europeus e quatro brasileiros (Machado de Assis, Guimarães Rosa, Mário de Andrade e Carlos Drummond), portanto um conceito que essencializa o valor artístico na medida em que coloca as obras fora e além das contradições engendradas pelo e nos discursos culturais de seu tempo e lugar, como se um texto literário não fosse um objeto histórico, como se valor não estivesse colado a uma estrutura e essa não fosse resultante de uma função ideológica. Se juízo de valor artístico só pode ser formulado em relação ao puramente artístico, na hipótese de que seus elementos sejam passíveis de serem descolados da dialética entre forma e conteúdo, estrutura e função, então estaríamos de volta à vertente mais radical do formalismo russo do início do século XX. Mas esse é precisamente o lugar para onde nos leva a posição de Bosi. Portanto, a desqualificação da crítica feminista está pressuposta na sua refutação do que entende ser uma análise ideológica, com foco no conteúdo, o que, na sua perspectiva, fere frontalmente o estatuto do literário. Para Bosi, a crítica feminista responde em natureza e grau à existência de um subconjunto literário que chama de literatura feminista, e é a partir desse momento que o seu argumento peca por colocações vagas e generalistas, sem conhecimento de causa e, o que é pior, marcadas pelo menosprezo às marcas de pertencimento que são tecidas nos processos de mediação entre a consciência que representa e o

mundo e que se entranham nos enredos literários, nas estratégias de composição, nas operações de linguagem.

Para expor ao ridículo a crítica feminista/literatura feminista, pelo viés do que chama hipermetemorfose, Bosi faz analogias com a crítica e literatura de minorias étnicas nos Estados Unidos, e com a crítica *queer*, acrescentando um rol fictício de crítica como recurso irônico, como “crítica literária de adolescentes” e “crítica de terceira idade”, entre outras. Aqui, várias questões mereceriam ser problematizadas, mas vou me ater a três. Primeiramente, a relação especular entre a crítica feminista e uma literatura feminista é um equívoco grave, pois aquela, particularmente nos anos 70, nos Estados Unidos, foi marcada pela releitura do cânone, isto é, obras de autoria masculina, e pelo revisionismo crítico, ou seja, a investigação dos critérios de valor e paradigmas utilizados na tradição dos estudos literários. Lembro de obras consideradas clássicas publicadas nessa primeira fase da crítica feminista norte-americana: o livro de Kate Millett *Sexual Politics*, em que a autora apresenta uma releitura crítica de obras de D.H. Lawrence, Henry Miller e Jean Genet, o de Judith Fetterly, *The Resisting Reader*, no qual a autora retoma as obras canônicas da ficção norte-americana dos séculos XIX e XX, e a coletânea crítica *The Authority of Experience: Essays in Feminist Criticism*,⁴⁴ do qual cito o seguinte, como forma de contra-argumentar a afirmação de Bosi sobre o conteudismo:

Embora muitos críticos e muitas escolas críticas acreditem na inter-relação entre sociedade e arte, as críticas feministas, obviamente, se destacam por causa de sua preocupação especial com as crenças da sociedade sobre a natureza e a função das mulheres no mundo, com a transformação dessas crenças em temas literários, com os modos nos quais as estratégias artísticas e críticas ajustam e controlam atitudes em relação às mulheres.⁴⁵

Em segundo lugar, a colocação sobre o romance negro, também nos Estados Unidos, é, no mínimo, reveladora de um pré-conceito, uma atitude de parte de alguém que se coloca no lugar de uma cultura superior e que considera aquela produção deficitária em razão da operacionalização de um conceito de literatura formulado no contexto de estudos literários e da tradição da cultura branca erudita. O reducionismo de Bosi faz *tabula rasa* da história do romance negro norte-americano, cujo desenvolvimento foi marcado por intensos debates entre estética e política, particularmente a partir da Renascença do Harlem, nos anos 20 do século passado. Fazer

⁴⁴ MILLETT, 1969; FETTERLY, 1978; e Arlyn DIAMON e Lee EDWARD, 1977.

⁴⁵ Arlyn DIAMON e Lee EDWARD, 1977, p. x. A tradução dessa citação, assim como das citações referenciadas nas notas 46 e 59, é de Maria Isabel de Castro Lima.

juízos depreciativos generalistas a partir do desconhecimento das tradições e da evolução das formas literárias em contextos culturais específicos e historicamente situados traduz um gesto de arrogância intelectual incompatível com uma inteligência crítica sensível aos nexos de identidade e diferença que se entrelaçam nas formações culturais. Em terceiro lugar, o que fica substancialmente não dito por Bosi, mas que está subjacente à sua visão da degradação da literatura no âmbito da associação, perversa porque destituída de qualquer lógica explicativa, entre o vale-tudo do mercado e a produção de minorias, é o velho critério da universalidade pautado na concepção do alcance estético de um texto e que ampara hierarquicamente a distinção entre o que é literatura com L maiúsculo, exemplificado na prática dos grandes mestres, e uma literatura de segunda. O problema não está na universalidade em si, mas na lógica com que os críticos na linha de Bosi a articulam: é universal a literatura isenta de marcas ideológicas, ou seja, é a literatura canônica ou a alta literatura. O ideológico, segundo esse raciocínio, é a entrada em cena da produtividade textual de um viés particularista, o que significa dizer que o texto apresenta uma mediação nula ou uma neutralidade discutível, uma vez que o artístico se encontra contaminado e sobredeterminado por algo espúrio e estranho a ele, ou seja, valores específicos a uma forma de pertencimento ou a um pleito identitário. Diga-se de passagem que não se sabe o que Bosi quer dizer por crítica feminista ou literatura feminista, exceto que ambas são descartadas em razão do chamado particularismo, aqui colocado em oposição ao discurso universalista. É justamente sobre essa lógica que Judith Fetterly, na Introdução a seu livro acima citado, é enfática:

A literatura é política. É doloroso ter de insistir nesse fato, mas a necessidade de tal insistência indica a dimensão do problema [...]. Os maiores trabalhos da ficção americana constituem uma série de propósitos sobre a mulher leitora, ainda mais potentes em seus efeitos por serem 'impalpáveis'. Uma das coisas mais importantes que mantêm o projeto de nossa literatura indisponível para a consciência da mulher leitora e, portanto, impalpável é a própria postura apolítica, a mentira dissimulada de que a literatura fala as verdades universais através de formas a partir das quais tudo aquilo que é meramente pessoal, o puramente subjetivo, foi destruído pelo fogo, ou ao menos transformado, por meio da arte, em representante.⁴⁶

⁴⁶ FETTERLY, 1978, p. xi.

Pode-se identificar o paradigma bosiano de leitura nas posições de outros críticos de projeção no quadro

⁴⁷ Ver Ernesto LACLAU, 1995, bem como Simon CRITCHLEY, Jacques DERRIDA, Richard RORTY e Ernesto LACLAU, 1996.

⁴⁸ Ver PERRONE-MOISÉS, 1998 e 2000.

⁴⁹ ABDALA JUNIOR, 2006.

brasileiro, para quem os particularismos, exemplificados nas referências ao feminismo ou à crítica feminista, estão colocando em risco a própria sobrevivência da literatura, uma perspectiva que parece desconhecer que a reivindicação do universal está pautada em um particularismo fechado que, em algum momento, se tornou dominante precisamente ao desconhecer suas origens, como nos coloca Ernesto Laclau em suas discussões sobre a construção contemporânea de conceitos que acompanham os processos da modernidade tais como identidade e diferença, universalismo e particularismo e de como hoje se articulam em combinações paradoxais para sustentar hegemonias no campo político-cultural.⁴⁷ Na medida em que tomamos consciência de que o *locus* enunciativo de muitos discursos que invocam o universal inscreve de forma acritica uma noção particular do universal, isto é, aquela que foi historicamente declinada pela perspectiva de um processo hegemônico de imposição e de homogeneização de valores culturais e de implantação de um sistema de pensamento que tinha a presunção de se colocar como totalidade, a emergência de novos atores sociais e novas identidades historicamente excluídas do acesso à universalidade significa duas coisas: o colapso do lugar epistemológico de onde o sujeito universal pressupunha falar e o colapso da ficção de que esse era o único lugar viável de uma fala autorizada, isto é, legitimada do ponto de vista político, simbólico, institucional. Em textos de críticos literários como Leyla Perrone-Moisés⁴⁸ e Benjamin Abdala Junior,⁴⁹ as críticas ao particularismo se revestem de uma forte conotação política, do que se conclui que ambos subscrevem posições conservadoras em relação à questão da diferença, considerada tanto em relação à emergência de novas identidades que querem se auto-afirmar no jogo de forças do campo da produção literária, quanto em relação a correntes críticas que, de forma direta ou indireta, são responsabilizadas por colaborarem para o declínio de conceitos e critérios valorativos construídos no campo literário à luz da tradição ocidental, tida como paradigma de uma universalidade de gosto estético e de valores morais. Para Perrone-Moisés, o feminismo norte-americano é responsável pela instalação, nos departamentos de literatura daquele país, de disciplinas “particularistas”, fomentadas por um grupo social – as feministas – que, entre outros, “disputa os destroços da velha literatura para usá-los *exclusivamente* a seu favor”. O sentido da expressão “a seu favor” quer dizer, nos termos de Perrone-Moisés, abdicar de estudar a literatura com base em critérios estéticos universalizantes, uma vez que o uso desses critérios “tornara-

⁵⁰ PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 12.

⁵¹ É pertinente examinar as discussões esclarecedoras sobre o chamado PC e as humanidades em Michael BÉRUBÉ, 1994.

se politicamente incorreto".⁵⁰ É importante observar que o sentido do politicamente (in)correto, tal como no texto de Bosi, essencializa uma univocidade de sentido afinada com a interpretação corrente no senso comum brasileiro.⁵¹ Seguindo na linha da crítica à cultura da diferença, Abdala Junior se refere à abertura do IV Congresso ABRALIC, realizado em 1995, cujo tema foi "Literatura e diferença", e explicita o seu conceito de diferença ao se dirigir aos participantes na condição de presidente da Associação. Ao definir a sua posição sobre os estudos literários do ponto de vista da construção de um comunitarismo cultural supranacional, Abdala Junior faz questão de esclarecer que sua ênfase constituiria uma estratégia de contrafluxo "à unilateralidade do processo de americanização do mundo" (também a pedra de toque nos argumentos de Perrone-Moisés), e que seu conceito de diferença viria na contracorrente

dos insulamentos de correntes críticas que identificavam diferença com uma espécie de guetização. Diferença seria uma forma de propiciar reflexões críticas abertas, a partir das margens não hegemônicas, sem confinamento ao local, ao étnico e mesmo ao nacional. Logo uma perspectiva avessa aos particularismos fechados, tais como se desenhavam, por exemplo, nos movimentos dos negros norte-americanos.⁵²

⁵² ABDALA JUNIOR, 2006, p. 19.

Partindo de um antiamericanismo reducionista que toma o país como uma entidade uniforme, como se fosse um imenso *shopping* de produtos massificados aguardando serem transformados em instrumentos de globalização cultural pelo imperialismo (as idéias estão no texto de Abdala), ou seja, uma engrenagem hegemônica destituída de suas margens internas e suas dissidências, o crítico pressupõe uma homologia entre vertentes radicais de movimentos sociais e correntes críticas (quais?), o que, além de ser um equívoco, leva a entender que somente um lugar indiferenciado de pertencimento – nem local, nem étnico e nem nacional – pode efetivamente articular com legitimidade um conceito de diferença. Essa articulação eleva o termo a um nível de abstração que não pode dar conta das redes de relações que possibilitam identificações entre as margens, por exemplo, identificações entre mulheres de diferentes latitudes, brancas e negras, em termos da opressão de gênero e de raça, mesmo que a opressão adquira formas múltiplas e diferenciadas em contextos históricos e geográficos específicos. Embora não referida explicitamente, a crítica feminista está contemplada na referência à guetização e ao particularismo fechado, uma interpretação que fixa e

congela o conceito de diferença, reduzindo significativamente o seu alcance em termos de construção de afiliações e de alianças, base para políticas culturais anti-hegemônicas. Por fim, cabe assinalar que sua visão monolítica do movimento dos negros, da mesma forma que o reducionismo de Bosi, deixa em evidência, senão um antagonismo racial, pelo menos uma indisposição para uma leitura mais abalizada e sensível das formas múltiplas de resistência que não podem ser dissociadas dos processos históricos particulares de uma sociedade que toma consciência do que significa um ponto de vista racial formulado na perspectiva do outro e não simplesmente imposto pelo sujeito branco, o que ainda está por acontecer em termos de Brasil. Na linha do argumento de uma diferença indiferenciada, as colocações de Abdala Junior alimentam um conceito que mais parece uma versão, sob novas vestimentas, do velho universal, o que é muito surpreendente em um texto que postula estudos comparados de comunidades culturais/textuais atravessadas por diferenças internas, ou seja, locais, acrescidas de experiências históricas e diversidades culturais análogas. Estamos diante de uma combinação paradoxal de noções de particularismo e universalismo para viabilizar um conceito de diferença excludente, uma vez que as redes (de povos) de que Abdala fala são as situadas ao sul do Equador. O que se constata nos discursos dos três críticos brasileiros é uma parcialidade tendenciosa no trato das noções de particularismo e de diferença com relação a contextos culturais com uma história nacional por trás, como se as suas posicionalidades no campo simbólico não estivessem desde já atravessadas por particularismos contingentes e, portanto, comprometidas com certos valores que levam a estigmatizar a crítica feminista enquanto instância crítica e produtora de conhecimentos.

Da crítica feminista: limites e alcances

Considerando o panorama que apresentei até aqui, com inclusão de aspectos da história social brasileira em termos das relações de dominação, referências sobre a formação do campo intelectual e sobre a tradição conservadora das letras no contexto da permeabilidade da ideologia patriarcal burguesa e de sua eficácia histórica na construção de uma sociedade resistente à emancipação, pode-se compreender a falta de ressonância intelectual da crítica feminista, ou seja, sua história está em compasso com o contexto em que é gerada. Mas tenho dúvidas se faz sentido falar em causalidade externa como forma de explicar essa

⁵³ Segundo LEITE, 1969, p. 289. Por sua vez, Antonio Candido aponta a literatura culta dos senhores como sendo "a matriz da literatura brasileira culta" ao discutir a formação do campo literário e de como a literatura atuou como instrumento colonizador, "destinado a impor e manter a ordem política e social estabelecida pela Metrópole, através inclusive das classes dominantes locais" (CANDIDO, 1999, p. 13).

⁵⁴ HOLLANDA, 2003.

⁵⁵ HOLLANDA, 2003, p. 16.

contingência, pois entendo que, do mesmo modo que é improdutivo pensar em teoria a partir da dicotomia nacional/estrangeiro, também não se pode justificar o status da crítica feminista somente pelo contexto externo às suas práticas. Nesse sentido, ao buscar na identidade da crítica feminista o que faz sua articulação possível e, ao mesmo tempo, o que atrofia a concretização de sua radicalidade, é importante deixar claro que também estou implicada na atividade de autoconhecimento e de autocrítica, como sujeito cultural situado no campo de poder. Por esse viés, formulo algumas provocações: Será que não temos parte na invisibilidade da crítica feminista no campo literário? Será que essa situação ocorre somente porque a área de Letras é tida como a mais conservadora dentre as áreas do conhecimento? Ou será porque a identidade da literatura brasileira ainda não se desvinculou de sua tradição e forma elitista⁵³ e o feminismo é visto como forma de desgastar essa aura? Ou será porque as pesquisadoras da área temem serem vistas como menos femininas por subscreverem o termo "feminista"? E será que a crítica de Wilson Martins sobre a confusão de gênero com mulher não é alimentada pelas nossas próprias formas de fazer? Não creio que possamos chegar a um momento em quem todos os impasses possam ser solucionados na constituição de um corpo coerente de práticas de forma a sustentar uma identidade estável, o que seria uma impossibilidade, já que a diferença é o seu limite constitutivo como articulação possível e como impossibilidade de fechamento. Mas é imperativo que façamos uma auto-avaliação, até porque explicitar questões e ajustar direções com vistas à necessidade de adequação de práticas teóricas e formulação de estratégias específicas em razão de contextos diversificados tem sido parte fundamental dos avanços históricos do feminismo.

Um dos poucos textos, entre nós, a fazer alguma avaliação da crítica feminista é o de Heloisa Buarque de Hollanda, "O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil",⁵⁴ de 2003. É necessário dizer, primeiramente, que discordo de várias afirmações feitas sobre o feminismo teórico em geral, por considerá-las generalizações sem procedência ou sustentação em termos de respaldo bibliográfico. Por exemplo, considero falaciosa a afirmação de que, apesar do avanço do debate teórico, há "sinais de confinamento e declínio da área".⁵⁵ Aqui a articulista segue a argumentação de Gayatri Spivack em texto de 1986 em que essa faz uma crítica ao desenvolvimento de uma crítica feminista tutelada pelos paradigmas metropolitanos dominantes, o que remete a velhas discussões, muitas delas já superadas. A título de exemplo,

⁵⁶ MORAGA e CASTILLO, 1988; MINH-HA, 1991; e HOOKS, 1994.

poderíamos mencionar textos de impacto sobre paradigmas de um feminismo branco classe média como *This Bridge Called my Back (Esta puente mi espalda)*, editado por Cherrie Moraga e Ana Castillo, o de Trinh Minh-Ha *When the Moon Waxes Red*, ou o de Bell Hooks *Teaching to Transgress*.⁵⁶ O que quero dizer é que muito já se avançou em termos teóricos desde 1986, e que “declínio” é um termo absolutamente inapropriado para definir o cenário de produção feminista no contexto norte-americano. Quanto ao contexto brasileiro, é outra história, já que “declínio” é um termo que não poderia definir uma crítica feminista que nunca atingiu expressão nacional na área de Letras. Também discordo da afirmação de que a crítica feminista no Brasil, ao investir predominantemente nos estudos historiográficos de tendência arqueológica, tem privilegiado o exame de gêneros “menores” da literatura produzida por mulheres no século XIX. Pelo trabalho editorial que vem sendo realizado como resultado dessas pesquisas, com a publicação de volumes de romance e poesia, creio que não se poderia definir literariamente esses gêneros como menores. Por outro lado, corroboro outros pontos levantados e gostaria de explicitá-los: 1) apesar da institucionalização da crítica feminista, as pesquisadoras encontram resistências no meio acadêmico; 2) os textos de autoria de mulheres são vistos como tendo valor apenas “sociológico”; 3) na área de Literatura Brasileira a produção feminista é “tímida”; e 4) as discussões nessa área ficam enredadas em temas como “linguagem ou sensibilidade feminina”, omitindo-se de “enfrentar questões de recorte mais político”, o que significaria relacionar o estudo da literatura de mulheres ao debate cultural brasileiro. E subscrevo sua conclusão: “No mínimo, percebe-se uma série de dificuldades em se estabelecer o lugar de uma fala feminista na discussão do campo cultural onde se inserem as pesquisadoras”.⁵⁷

⁵⁷ HOLLANDA, 2003, p. 21.

Retomando minhas questões sobre os modos de fazer da crítica feminista e costurando-as aos pontos destacados acima, acho necessário observar que as limitações locais, detectáveis no conjunto de suas realizações, se inserem perfeitamente na malha cultural brasileira no sentido de que sofre as determinações da lógica cultural de uma sociedade patriarcal e estratificada, com imensos problemas para resolver as desigualdades sociais e raciais e, com isso, tende a reproduzir essa lógica de várias maneiras. Em outras palavras, sua produção é um sintoma das contradições através das quais os próprios sujeitos da produção são constituídos na vida social e material e vivem suas realidades.⁵⁸ Nessa moldura, apresento algumas questões no sentido de explorar a

⁵⁸ Internalização do discurso do dominador pelo dominado de forma que esse se torna cúmplice de sua dominação (BOURDIEU, 1999).

problemática aludida acima. Não passa despercebido o fato de que a utilização da categoria de gênero é não raro dissociada do projeto político-epistemológico dos feminismos que, a par de suas múltiplas e diferenciadas articulações teóricas, mantém em seu horizonte a noção de intervenção e de transformação social a partir da politicização de todos os aspectos da vida social no que diz respeito à organização das relações sociais de poder, à vigência de lógicas binárias nas estratégias de colonização (gênero, raça, classe, etnia, orientação social), incluindo a organização, acesso, produção e distribuição do conhecimento, pois lutas por justiça social, direitos humanos, cidadania e democratização são lutas que se travam, também, sobre conceitos. A desterritorialização da categoria de gênero do feminismo que se observa em um grande número de trabalhos apresentados em fóruns de literatura (congressos da ANPOLL e da ABRALIC, congressos “Mulher e literatura”, entre outros) se apresenta em dois contextos. Primeiramente, quando se trata de tornar o feminismo palatável, dando-lhe um conteúdo ameno ou *light*, particularmente, em situações de obtenção de financiamentos institucionais para a pesquisa, o que significa entrar em competição com os discursos dominantes dos estudos literários. Nesse caso, há uma descaracterização do gênero como categoria histórica e analítica, pois é deslocado do aparato discursivo-representacional das relações de poder e assimetrias, tornando o feminismo desnecessário, o que vem ao encontro de argumentos disseminadores da idéia de que não é necessário o amparo de teorias feministas para se realizar uma análise de gênero do texto literário. O segundo contexto está relacionado à confusão conceitual e terminológica entre gênero e mulher, ou seja, fala-se em gênero quando o objeto da análise é a categoria “mulher”, o que desvirtua o alcance da força crítica de intervenção do feminismo nos discursos hegemônicos. Nesse segundo sentido, o termo “gênero” é usado apenas como pretexto em discussões pautadas pelo dogma de uma identidade feminina – antes invisível, agora visível – em argumentações generalistas que tomam a cultura branca de camadas médias como norma, sem a problematização, explícita e necessária, do que se entende pela categoria “mulher” pressuposta e posicionada em determinados lugares identitários e lugares textuais. A modalidade predominante da crítica feminista entre nós insere-se no que se pode denominar de feminismo cultural, com sua ideologia voltada à supervalorização de características femininas através de temas como memória feminina, corpo feminino, poética feminina, escrita feminina, história literária de

mulheres, tradição feminina. Os riscos dessa modalidade crítica é que ela pode agregar uma política romantizada e essencializada da diferença que acaba por reforçar e reinscrever os binarismos e seus guetos, justamente o que o feminismo busca desarticular. A esse respeito, cito as palavras inspiradoras de Chantal Mouffe:

O feminismo é, para mim, a luta pela igualdade das mulheres. Mas isso não deve ser compreendido como uma luta pelo reconhecimento da igualdade de um grupo empírico definível, com uma essência e identidades comuns, mulheres, mas ao contrário, como uma luta contra as múltiplas formas nas quais a categoria "mulheres" é construída na subordinação.⁵⁹

⁵⁹ MOUFFE, 1992.

Diferenças entre mulheres podem iluminar as diferentes facetas da desigualdade de raça e classe. Por exemplo, o significado da autoridade patriarcal no Brasil, conforme observa Maria Inácia D'Ávila Neto, se traduziu "em diferentes modos de dominação na relação homem-mulher, variando conforme a cor da pele ou da camada social da mulher ou seja a sua 'classe-cor'".⁶⁰ Por mais que a virada historiográfica, com seu trabalho importante de resgate de textos de autoria de mulheres relegados pela historiografia e pelo discurso crítico patriarcal, tenha fomentado novos conhecimentos sobre o papel das mulheres como produtoras de discursos no século XIX, por si só esse viés não tem força de intervenção nem nos padrões institucionalizados de avaliação nem nos padrões institucionalizados de interpretação. Portanto, é importante caminhar para além de leituras sociológicas de caráter descritivo de um texto literário para se construir um ato crítico de enfrentamento literário/ideológico/político sobre a natureza da experiência social brasileira e de questionamento das estruturas dominantes da alta cultura literária. Não acredito que a crítica feminista possa causar impacto nos estudos literários se não investir em um trabalho consistente de crítica textual/histórica/antropológica/cultural, entendendo o cultural não como instância isolada, mas como lugar de práticas simbólicas onde ganham forma os mecanismos sociais que produzem sujeitos e subjetividades e que, portanto, está imbricado na organização e funcionamento material da sociedade. Mas é evidente que para a crítica feminista poder perseguir uma visão de transformação social e cultural no contexto brasileiro, permeado por especificidades de contradições, disparidades e assimetrias, a analítica de gênero não é suficiente.

⁶⁰ NETO, 1980, p. 6.

A compreensão interdisciplinar da história brasileira e uma consciência histórica dos processos sociais no

contexto político de privilégios e de relações de dominação parecem-me ser uma condição *sine qua non* para que a crítica feminista possa desempenhar um papel importante na produção de uma forma nova de pensar a cultura e a literatura à luz das intersecções de classe social, gênero e raça. Todavia, muitos dos estudos de textos de autoria de mulheres contemplam análises em um quadro interclasse dominante em que gênero aparece como categoria isolada de outras determinações de pertencimento que, embora presentes de forma subjacente, não são investigadas e integradas ao foco das análises. Nesse contexto, a reivindicação de uma política de inclusão condicionada, na base, por um pertencimento de classe pode ser mais uma atualização do conceito de política liberal-burguesa, que coloca a igualdade de certas mulheres (como no caso da capa da revista *Veja*) perante a lei, ou perante a ordem simbólica, como limite para o projeto feminista, o que colide frontalmente com o sentido do político construído no feminismo e que está radicado em uma crítica radical dos discursos dominantes. Embora constitua uma atividade de corte acadêmico, a crítica feminista não deixa de ser um tipo de movimento social, pois pode contribuir para a desestabilização de categorias ou de paradigmas tradicionais,⁶¹ segundo definição de Sandra Harding. Para nós, da literatura, que trabalhamos com sistemas estéticos/cognitivos/simbólicos/textuais – pois é desse lugar que posso falar – o exercício da crítica literária através de uma política interpretativa sustentada por estratégias textuais que possam decodificar os regimes de verdade incrustados nos textos da cultura, deslocar suas hierarquias e abrir espaços para as diferenças é a forma mais importante de construir novos conhecimentos sobre quem somos nós. Não se trata de produzir conhecimentos sobre determinados sujeitos, mas de articular um projeto epistemológico através de uma prática discursiva intervencionista que produza reflexões sobre os sentidos da dominação e as práticas domésticas de colonização, inclusive a intelectual. Esta é, no meu entender, a maior contribuição que a crítica feminista pode oferecer: produzir um deslocamento em relação ao modelo de democracia instalada no país e que levou Sérgio Buarque de Holanda a afirmar que a democracia entre nós é “um lamentável mal-entendido”.⁶²

⁶¹ Conforme HARDING, 1986.

⁶² HOLANDA, 1995, p. 160. Essa visão é reiterada na ideia do Brasil como uma nação fictícia, elaborada por José Murilo de CARVALHO, 1999.

Para chegar a esse nível de intervenção são muitos os desafios e receio que não existem fórmulas e metodologias prontas a serem apropriadas, mas sim teorias e categorias de análise a serem transformadas em procedimentos hermenêuticos específicos à articulação de um discurso crítico conseqüente. Também creio que não

há modelos que nos ensinam, no trabalho com a literatura, a desenvolver a compreensão da construção de sentidos textuais e a explicar e interpretar esses sentidos com vistas à significação e à crítica. O refinamento de habilidades interpretativas e o exercício da imaginação criativa são pré-condições para se construir a voltagem crítica e a autoridade intelectual da crítica feminista brasileira.

Referências bibliográficas

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. "A literatura, a diferença e a condição intelectual". *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 8, p. 19-39, 2006.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of the Nationalism*. London: Verso, 1983.
- BERUBÉ, Michael. *Public Access: Literary Theory and American Cultural Politics*. London: Verso, 1994.
- BOSI, Alfredo. "Os estudos literários na era dos extremos". In: _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 248-256.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1964.
- _____. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- COSTA, Emilia Viotti da. *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.
- CRITCHLEY, Simon, DERRIDA, Jacques, RORTY, Richard, and LACLAU, Ernesto. *Deconstruction and Pragmatism*. Edited by Chantal Mouffe. London: Routledge, 1996.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.
- DIAMON, Arlyn, and EDWARD, Lee R. *The Authority of Experience: Essays in Feminist Criticism*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1977.
- D'INCAO, Maria Ângelo. "Mulher e família burguesa". In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 223-240.

- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1957.
- FERGUSON, Frances. "Wollstonecraft our Contemporary." In: KAUFFMAN, Linda (ed.). *Gender and Theory*. New York: Basil Blackwell Inc., 1989. p. 51-61.
- FETTERLY, Judith. *The Resisting Reader*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.
- GHIRARDELLI JR., Paulo. "Anarquistas, só para contrariar". *Revista Filosofia*, ano 1, n. 2, p. 14, 2006.
- HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Trad. Eduardo Alves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARDING, Sandra. "The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory." *Sings – A Journal of Women in Culture and Society*, v. 11, n. 4, 1986. p. 645-664.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. "O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil". In: SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (Orgs.). *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Fundação Casa Rui Barbosa, 2003. p. 15-25.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOOKS, Bell. *Teaching to Transgress*. New York: Routledge, 1994.
- IANNI, Octavio. "Tipos e mitos do pensamento brasileiro". In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 250-260.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.
- KAPLAN, Caren, ALARCÓN, Norma, and MOALLEM, Mino (eds.). *Between Woman and Nation*. Durham: Duke University Press, 1999.
- LACLAU, Ernest. "Subjects of Politics, Politics of the Subject". *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, v. 7, n. 1, 1995. p. 146-164.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- _____. *O caráter nacional*. São Paulo, Ática, 1992.

- LEMAIRE, Ria. "Metaforizar, des-metaforizar, re-metaforizar – qual é a verdade que (não) se quer revelar? O caso de Casa-grande e senzala". *Rivista Di Studi Portoghesi e Brasiliani*, Roma, II, p. 125-137, 2000.
- LIMA, Luiz Costa. "A estabilidade da noção de história da literatura no Brasil". In: JOBIM, José Luis et al. (Orgs.). *Sentido dos lugares*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2005. p. 52-58.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MEDEIROS, Diana; PEREIRA, Rosilene. "Elas abriram caminhos". *Revista Filosofia*, ano 1, n. 2, p. 66-73, 2006.
- MINH-HA, Trinh. *When the Moon Waxes Red*. New York: Routledge, 1991.
- MILLETT, Kate. *Sexual Politics*. London: Rupert Hart-Davis Limited, 1969.
- MODLESKI, Tânia. *Feminism Without Women*. New York: Routledge, 1991.
- MONTENEGRO, Olivio. *O romance brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- MORAGA, Cherrie, and CASTILLO, Ana (eds.). *This Bridge Called My Back*. Berkeley: Third Woman Press, 1988.
- MOREIRA, Maria Eunice; CAIRO, Luiz Roberto (Orgs.). *Questões de crítica e historiografia literária*. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.
- MOUFFE, Chantal. "Feminism, Citizenship and Radical Democratic Politics." In: BUTLER, Judith, and SCOT, Joan W. (eds.). *Feminists Theorize the Political*. New York: Routledge, 1992. p. 369-384.
- NETO, Maria Inácia D'ávila. "O autoritarismo e a mulher brasileira". *Jornal do Brasil*, 7 set. 1980. Caderno Especial.
- PAGLIA, Camille. *Personas sexuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PAIXÃO, Sylvia. "A mulher e a pátria". *Letterature D'America*, Roma, anno XVI, n. 66, p. 127-145, 1996.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. "Em defesa da literatura". *Folha de São Paulo*, 18 jun. 2000. Caderno Mais.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.
- REISS, Timothy J. "Revolution in Bounds: Wollstonecraft, Women, and Reason." In: KAUFFMAN, Linda (ed.). *Gender and Theory*. New York: Basil Blackwell Inc., 1989. p. 11-50.

- REIS, Roberto. "Muita serventia." In: VIDAL, Hérnan (ed.). *Cultural and Historical Grounding for Hispanic and Luso-Brazilian Feminist Literary Criticism*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1989. p. 567-580.
- ROBINSON, Lillian S. "Killing Patriarchy: Charlotte Perkins Gilman, the Murder Mystery, and Post-Feminist Propaganda." *Tulsa Studies in Women's Literature*, v. 10, n. 2, Fall 1991. p. 273-285.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SCHWARZ. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SOARES, Luiz E. (Org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- SOARES, Luiz E. "Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso". In: PINTO, Paulo R.; MAGNO, Cristina; SANTOS, Ernesto P.; GUIMARÃES, Livia (Orgs.). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 217-238.
- SOUZA, Roberto Acizelo. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 2004.

[Recebido em dezembro de 2006 e
aceito para publicação em dezembro de 2006]

Refuting Feminism: (Dis)alignments of the Brazilian Lettered Culture

Abstract: *On considering the strength of antifeminist discourse in Brazil, I examine how this discourse circulates in the field of cultural journalism so as to raise some relations with Brazilian social history in the light of which it is possible to understand why feminism as a praxis of change seems so alien to the country's social habits. To develop my line of argument I draw from works of Brazilian intellectuals from the left, while I point out the limits of analysis that silence on women's oppression and on questions of gender. Then, I examine the persistence of diverse forms of antifeminist discourses in the academic field of letters, in the attempt to understand the status of feminist criticism in literary studies and the reasons for its invisibility, with remarks on the achievements and limitations of its practices.*

Key Words: *Culture; Power; History; Social Class; Literature; Feminist Criticism.*